

CAPÍTULO 8

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Yuri Sá Oliveira Sousa
Antonio Marcos Chaves

INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas são detentoras de um vasto conjunto de conhecimentos sobre o mundo de objetos que fazem parte da sua realidade, os quais são coletivamente nomeados, interpretados e integrados à vida cotidiana dos indivíduos. Por conta da inerente complexidade das formas de organização social e modos de vida dessas sociedades, esse conjunto de conhecimentos encontra-se distribuído de acordo com as condições concretas de inserção e participação das pessoas em grupos, comunidades, instituições e culturas. Assim, o conhecimento que os indivíduos possuem sobre o mundo em que vivem resulta de processos sociais e cognitivos que filtram a quantidade e a qualidade das informações que circulam na sociedade, ao mesmo tempo que tornam possível conceber e criar a própria realidade. Isso ocorre com base no sentido prático desse conhecimento para a manutenção das relações materiais e simbólicas que se estabelecem com o outro no cotidiano.

Nessas condições, diferentes formas de saber são socialmente produzidas e compartilhadas, sendo que algumas delas chegam a constituir verdadeiros sistemas organizados de opiniões, crenças, informações, avaliações e tomadas de posição, influenciando a relação com os outros, com o autoconceito e com os objetos que fazem

parte da realidade. Essas formas específicas de saber podem ser chamadas de Representações Sociais e o estudo científico desses fenômenos encontra respaldo na abordagem psicossociológica da Teoria das Representações Sociais (TRS). Neste capítulo, apresentamos um texto introdutório sobre a TRS com o objetivo de sistematizar algumas das principais características e contribuições da abordagem, oferecendo parâmetros teórico-conceituais para o desenvolvimento de pesquisas na área.

Inicialmente, o texto apresenta um breve panorama sobre a formação do campo da psicologia social no que diz respeito a tensões epistemológicas e níveis de análise que decorrem da relação entre indivíduo e sociedade. Trata-se de uma discussão que permite situar no contexto da psicologia social os fundamentos históricos e epistemológicos da Teoria das Representações Sociais (TRS). Especificamente, busca-se responder aos seguintes questionamentos: De que modo o binômio indivíduo-sociedade deu origem à psicologia social? Quais são os principais níveis de análise que caracterizam a produção de conhecimento nesse campo? Como a Teoria das Representações Sociais pode ser situada na psicologia social? Quais são as contribuições dessa abordagem para a análise do pensamento social?

Na segunda metade do texto, busca-se apresentar, discutir e sistematizar as principais ferramentas teórico-conceituais que fundamentam o estudo dos fenômenos representacionais. Pretende-se com isso responder às seguintes perguntas: O que são representações sociais e quais são as suas características como noção, conceito e fenômeno? Por que representações sociais são produzidas e quais são os processos sociocognitivos que orientam a sua construção? Que funções as representações sociais desempenham na vida cotidiana? Quais são as dimensões de uma representação social? Como se organizam os conteúdos de uma representação social?

Por fim, o texto busca indicar alguns dos desdobramentos atuais e características da utilização da TRS na literatura psicossocial brasileira. Apesar do caráter introdutório do capítulo, espera-se que a sua leitura possa oferecer ferramentas teóricas, argumentos e reflexões pertinentes para o desenvolvimento de estudos sobre representações sociais no Brasil.

8.1 A PSICOLOGIA SOCIAL E SEUS NÍVEIS DE ANÁLISE: EM DIREÇÃO A UMA ABORDAGEM PSICOSSOCIAL INTEGRATIVA

O desenvolvimento da psicologia social como disciplina foi marcado por tensões a respeito do seu escopo e níveis de análise. Essa discussão remete ao binômio indivíduo-sociedade, que se apresenta como pertinente para a psicologia desde a sua formalização como ciência (esse tema será aprofundado no Capítulo 1). Em 1879, Willem Wundt fundou o laboratório de psicologia experimental de Leipzig, evento que é registrado como um marco na história dessa disciplina (Goodwin, 2010). Nesse cenário de institucionalização, a psicologia do século XIX buscava demarcar a sua legitimidade e independência, o que promovia intensos debates sobre seu objeto, a natureza e o valor do conhecimento ali produzido (Álvaro & Garrido, 2003). Em seu projeto experimental, Wundt endereçou o campo da psicologia aos fenômenos da mente humana,

então entendidos como passíveis de serem explicados pelo estudo da consciência individual. Curiosamente, Wundt não se limitou a promover uma psicologia experimental, mas também trabalhou em favor de uma *Völkerpsychologie*, ou “psicologia dos povos”. Nesse projeto, considerado por Farr (1996) como uma forma de psicologia social, o autor pretendia oferecer subsídios para a análise de fenômenos coletivos, como a linguagem, os mitos, os costumes e a religião. Wundt justificava a divisão entre as duas formas de psicologia com base em um argumento ontológico e outro metodológico. O primeiro tratava da natureza dos fenômenos analisados e defendia que os objetos da *Völkerpsychologie* não poderiam ser explicados em termos de consciência individual, pois eram simultaneamente individuais e sociais (Farr, 1996). O segundo dizia que, dada a complexidade dos fenômenos mentais coletivos, não era possível submetê-los ao método experimental. O exemplo mencionado evidencia que, desde os primeiros movimentos de institucionalização da psicologia como ciência, houve tensões teóricas e metodológicas resultantes do binômio indivíduo-sociedade, cujas repercussões seriam posteriormente observadas no desenvolvimento da psicologia social.

Ainda que Wundt tenha dedicado grande parte da sua obra ao estudo dos fenômenos mentais coletivos, restou à psicologia a expectativa do estudo sobre os processos mentais elementares e individuais, ao passo que a sociologia estabelecia o seu objeto nos fatos sociais e nas representações coletivas (e.g., Durkheim, 1898). Institucionalizava-se, assim, uma dicotomia entre individual e coletivo que se materializava nos dois projetos disciplinares. Além disso, como assinalam Álvaro e Garrido (2003), definir as relações entre elas não era uma tarefa fácil, pois quaisquer aproximações poderiam ser entendidas como uma ameaça à objetividade científica ou à especificidade de cada projeto. Em que pese a possibilidade de uma suposta perda de identidade disciplinar, a psicologia social emerge justamente da articulação entre esses campos de conhecimento, que passam a ser tomados como matrizes de um pensamento psicossociológico. Entretanto, se não era possível estabelecer uma unidade na psicologia geral, tampouco seria esperado que houvesse alguma homogeneidade nas formas de expressão de um campo de saber eminentemente interdisciplinar como a psicologia social. Nesse sentido, é comum encontrar na literatura a organização do surgimento desse campo a partir de duas orientações: uma psicologia social psicológica e outra sociológica (Álvaro & Garrido, 2003; Farr, 1996; Ferreira, 2010; Rodrigues et al., 2010; Santos et al., 2013). Segundo Farr (1996), como a psicologia social tem o seu nascimento no interior tanto da psicologia quanto da sociologia, por razões históricas e culturais, esse duplo florescimento repercutiu nas duas orientações citadas. De acordo com Rodrigues, Assmar e Jablonski (2010), a diferença fundamental entre as duas perspectivas reside nos níveis de análise abordados. Se por um lado a chamada psicologia social psicológica enfatiza os níveis pessoais e interpessoais nos seus esquemas de análise, por outro, a psicologia social sociológica tende a dar mais atenção aos níveis intergrupais e coletivos (Rodrigues et al., 2010).

Embora a discussão sobre os diferentes níveis de análise da psicologia social possa ser encontrada em outros textos, retomá-la aqui pode ser útil para compreender como a Teoria das Representações Sociais (TRS) se insere nesta disciplina. É creditado ao

psicólogo social Willem Doise a elaboração de um sistema de classificação dos estudos realizados no campo da psicologia social a partir de quatro níveis de análise (Doise, 1978, 1980, 1982, 2002): (1) intraindividual; (2) interindividual, ou situacional; (3) posicional; e (4) ideológico.

As explicações orientadas aos processos intraindividuais são aquelas que lidam com as maneiras pelas quais os indivíduos interpretam e organizam as informações do ambiente. São exemplos desse nível (ver. Doise, 1980; Doise & Valentim, 2015) as formulações baseadas no modelo do equilíbrio cognitivo (e.g., Heider, 1946) e na teoria da dissonância cognitiva (e.g., Festinger, 1957). De modo característico, explicações desse tipo não consideram, diretamente, a interação recíproca entre os indivíduos.

O segundo nível, chamado de interindividual ou situacional, se ocupa das relações produzidas em uma situação particular, salientando dinâmicas de conflitos e tensões entre indivíduos (Doise, 1980). São exemplos desse nível os estudos clássicos sobre influência social (e.g., Asch, 1956; Sherif, 1936) e sobre os processos de atribuição de causalidade (e.g., Weiner, 1985). Observa-se que os indivíduos são aqui considerados como intercambiáveis (Doise, 2002) e as posições que eles ocupam fora da situação não são levadas em conta (Doise, 1980).

O terceiro nível de análise considera as posições que ocupam os indivíduos em determinado sistema social, analisando como diferenças de poder e *status* são capazes de modular processos típicos dos dois primeiros níveis (Doise, 2002). Nesse contexto, explicações baseadas na teoria da identidade social (e.g., Tajfel et al., 1971; Tajfel & Turner, 1979), por exemplo, permitem analisar processos sociocognitivos de construção do autoconceito considerando as relações de poder estabelecidas, de acordo com as posições grupais dos indivíduos, como dominantes ou dominados, majoritários ou minoritários (Doise, 2002).

Por fim, o quarto nível de análise enfatiza a influência de sistemas de crenças, representações, normas e valores característicos de uma cultura ou de grupos específicos, sendo atuantes mesmo em situações experimentais (Doise, 1980, 2002). Tais aspectos constituem um nível ideológico principalmente porque possuem a função de criar ou de dar suporte a relações desiguais, diferenciações e divisões sociais (Doise, 2002; Doise & Valentim, 2015). Os estudos sobre obediência à autoridade (Milgram, 1974) são citados para ilustrar como o prestígio associado à ciência pode levar indivíduos a adotar comportamentos contrários a seus valores pessoais quando tais atos são ordenados por uma autoridade percebida como legítima (Doise, 1978; Doise & Valentim, 2015). Doise (1980) também cita como exemplo os estudos sobre a crença no mundo justo (Lerner, 1980), que constatam a existência de uma maneira de pensar, calcada na crença de que o mundo é um lugar justo, onde as pessoas têm aquilo que merecem e merecem o que têm, que seria capaz de dar suporte às hierarquias sociais e até à desqualificação de vítimas inocentes (Doise, 1980). Como consequência, pessoas que se encontram em situações de injustiça ou que sofrem com perdas, doenças, violência e opressão, por exemplo, ainda teriam de lidar com a frequente minimização do seu sofrimento, desvalorização, evitação e mesmo a culpabilização pelo seu próprio infortúnio (Correia, 2000).

Além dos quatro níveis de análise apresentados, Doise e Valentim (2015) incluíram recentemente mais dois: um neurológico e outro intersocietal. O primeiro reconhece os avanços das neurociências no estudo dos aspectos afetivos e cognitivos envolvidos na experiência social, enquanto o segundo destaca a existência de programas normativos supraordenados, valores, crenças e modelos relacionais transculturais. Os autores salientam que a existência desses dois tipos de explicação não torna os quatro níveis de análise apresentados obsoletos. De outro modo, designam dois níveis suplementares que permitem enriquecer a compreensão sobre diferentes fenômenos e processos psicossociais.

No Brasil, até a década de 1970, as pesquisas em psicologia social priorizavam os níveis intra e interindividual de análise, bem como tendiam a utilizar métodos experimentais em seus estudos (Santos et al., 2013). No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, tomou forma um movimento que argumentava em favor da inclusão do contexto social, cultural e histórico na análise dos fenômenos psicossociais, o que significava que níveis de análise posicionais e ideológicos ganhavam mais atenção (Santos et al., 2013). Além disso, reivindicava-se a necessidade de aumentar o engajamento político da psicologia social, que passava a ser entendida como uma forma de consciência crítica dirigida à mudança social (Lane, 1980). Esse movimento, muito identificado com a emergência de uma psicologia social crítica (cf. Álvaro & Garrido, 2003; Ferreira, 2010), também foi acompanhado por uma maior adesão a métodos não experimentais, como a pesquisa-ação e a pesquisa participante (Santos et al., 2013).

É certo que a divisão do campo em tendências psicológicas, sociológicas e críticas possui limitações, pois, além de reunir tradições teóricas e de pesquisa muito distintas em uma mesma categoria, a classificação tende a produzir a falsa impressão de que apenas a chamada psicologia social crítica seria capaz de produzir conhecimento socialmente relevante e comprometido com a mudança social diante dos efeitos deletérios das desigualdades, relações de dominação, exploração, violência, discriminação e exclusão que caracterizam os problemas enfrentados pela população brasileira. Por exemplo, embora seja costumeiramente classificada como uma forma de psicologia social sociológica (cf. Álvaro & Garrido, 2003; Ferreira, 2010), a abordagem das representações sociais se desenvolveu no Brasil como um instrumento de compreensão, mas também de intervenção diante da realidade dos problemas sociais concretos identificados no país (Jodelet, 2011).

Além dessa questão, é importante ressaltar que as críticas dirigidas a perspectivas individualistas da psicologia social não foram formuladas para rejeitar explicações individuais e interindividuais. Em vez disso, elas questionavam a tendência encontrada em algumas correntes teóricas de reduzir as explicações sobre o comportamento social a princípios meramente psicológicos (Farr, 1996). Conforme explica Asch (1977), a tese individualista buscava extrapolar o estudo do funcionamento psicológico individual a situações sociais. No entanto, quando se parte da compreensão de que fenômenos coletivos não são a mera soma de componentes individuais (e.g., Durkheim, 1898; Tajfel, 1982), torna-se necessário adotar princípios explicativos de ordem societal, integrando os níveis posicional e ideológico nas investigações psicossociais (Doi-

se, 2002). Assim, à psicologia social caberia o estudo do indivíduo, mas justamente naquilo que ele é influenciado socialmente, pela sua inserção e participação em grupos sociais, instituições e comunidades, assim como por costumes, normas, valores e representações historicamente determinadas (Lane, 1981).

Até aqui, é possível perceber que o desenvolvimento da psicologia social no Brasil foi acompanhado por tensões epistemológicas, metodológicas e políticas, o que repercutiu na própria diversidade que se observa atualmente na disciplina, em seus temas, níveis de análise, abordagens teóricas e métodos. A despeito das especificidades de cada vertente ou perspectiva, argumenta-se que o potencial heurístico da psicologia social reside na sua capacidade de:

articular explicações de ordem individual com explicações de ordem societal; de mostrar como o indivíduo dispõe de processos que lhe permitem funcionar em sociedade e, de maneira complementar, como dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais, orientam o funcionamento desses processos (Doise, 2002, p. 28).

Essa postura assinala a necessidade de integração entre dimensões pessoais, interpessoais, intergrupais e ideológicas na explicação dos fenômenos analisados e reafirma a indissociabilidade entre indivíduo e sociedade. Ela caracteriza a orientação epistemológica da Teoria das Representações Sociais (TRS), mas também de outras abordagens com pressupostos semelhantes. Por exemplo, ao discutir sobre as orientações paradigmáticas da psicologia social, Vala (1993a) identifica aproximações entre a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2009, 1978/2012a), a Teoria das Minorias Ativas (Moscovici, 2011) e a Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982), pois, segundo o autor, são abordagens que compartilham uma mesma noção de sujeito, sendo este entendido como ativo e indissociável do contexto sociocultural. A próxima seção tem o objetivo de desenvolver melhor essas e outras características epistemológicas da TRS no campo da psicologia social.

8.2 AS BASES EPISTEMOLÓGICAS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é uma abordagem psicossociológica que se debruça sobre os processos de construção do pensamento social (Vala & Castro, 2013). Trata-se de uma teoria científica que estuda o fenômeno das representações sociais, entendidas como verdadeiras “teorias do senso comum”, elaboradas na vida dos grupos e nas comunicações cotidianas (Santos, 2005). As bases da abordagem foram apresentadas por Serge Moscovici, com a publicação da primeira edição da obra *A psicanálise, sua imagem e seu público* (1961), revista e ampliada na edição de 1978 (Moscovici, 1978/2012a). Nessa obra, Moscovici desenvolveu grande parte do aparato conceitual que possibilitou a criação de um novo objeto em psicologia social:

o fenômeno das Representações Sociais (Jesuino, 2011). O autor se interessava em compreender como a psicanálise, um tipo de conhecimento especializado, era apropriado pelo saber do senso comum. Os resultados da pesquisa permitiram elaborar uma construção teórica geral, não mais limitada à questão do conhecimento no universo reificado (e.g., conhecimento científico) e no universo consensual (e.g., teorias do senso comum), mas que pode ser aplicada ao estudo de diferentes objetos sociais com o interesse mais amplo de analisar o processo de construção social da realidade (Santos, 2005).

Antes de prosseguir com a discussão, há que se colocar uma questão importante: o que se entende por um objeto social? De acordo Wagner (1998), um objeto social é “qualquer entidade material, imaginária ou simbólica que as pessoas nomeiam, atribuem características, valores e, assim, são capazes de falar sobre” (p. 306, tradução livre). O autor afirma que quando as pessoas nomeiam determinadas “coisas”, findam por reconhecê-las como entidades no mundo e passam a ser capazes de falar sobre elas. Essas “coisas” no mundo são, portanto, objetos sociais inseridos em práticas linguísticas que atuam na própria definição da realidade intersubjetiva. Como afirma Kristeva (1969), nomear é demarcar, significar e comunicar. Quando nomeamos um objeto de determinada forma e falamos sobre ele, não estamos, a rigor, descrevendo-o ou desvelando as suas características inerentes, mas constituindo-o e definindo suas relações com o mundo em contextos sociais e culturais específicos. Em suma, desde que uma entidade material, imaginária ou simbólica é percebida como algo que existe, passa a ser categorizada e é inserida nas comunicações, ela se apresenta como um objeto social.

Embora essa pequena digressão sobre a noção de objeto social possa parecer desnecessária, ela se faz relevante por duas razões. Em primeiro lugar, a discussão torna possível enfatizar o papel da linguagem nos processos de construção de representações e, por conseguinte, da própria realidade social. De forma sensível a essa questão, Moscovici e Vignaux (2009) afirmam que:

Não há representações sociais sem linguagem, do mesmo modo que sem elas não há sociedade. O lugar do linguístico na análise das representações sociais não pode, por conseguinte, ser evitado: as palavras não são a tradução direta das ideias, do mesmo modo que os discursos não são nunca as reflexões imediatas das posições sociais (p. 219).

Em segundo lugar, explicitar o que se entende por objeto social facilita o desenvolvimento de uma discussão sobre os fundamentos epistemológicos da abordagem das representações sociais. Esses fundamentos são encontrados na própria maneira pela qual Moscovici concebia a especificidade do campo da psicologia social, notadamente a partir do que o autor desenvolveu sobre o chamado “olhar psicossocial” (Moscovici, 1984). Conforme discutido na seção anterior, se não é possível definir a psicologia social a partir de uma teoria ou abordagem, também não seria suficiente caracterizar

sua produção pelo estudo de um tema. Afinal, o escopo da disciplina pode contemplar, de modo muito amplo, fenômenos do pensamento, influência e comportamento social (cf. Myers, 2014). Na perspectiva de Moscovici (1984), por sua vez, o que distinguiria a psicologia social de outros campos de conhecimento seria a adoção de um “olhar psicossocial”, entendido como uma maneira específica de interpretar os fenômenos da realidade. Para o autor, a psicologia geral se legitimou no estudo das relações binárias entre um sujeito individual (o organismo) e um objeto (aspectos do ambiente ou estímulos), enquanto a sociologia se apropriou das relações entre um sujeito coletivo (grupo, classe, estrato, Estado) e um objeto (interesses, instituições, outros grupos etc.). Ao seu turno, a psicologia social seria caracterizada por empregar um olhar ternário, capaz de incluir o sujeito, o objeto e o outro em seus esquemas interpretativos (Moscovici, 1984). Nessa perspectiva, tanto o sujeito quanto o objeto são instâncias sociais, já que dependem da relação com o outro para serem constituídos.

Embora essa caracterização simplifique demasiadamente os campos da psicologia e da sociologia, ela se torna útil na medida em que enfatiza, no campo da psicologia social, o interesse pela mediação constante do outro na análise da relação dos sujeitos com o mundo. Segundo Apostolidis (2006), esse sistema analítico permite aproximar o olhar psicossocial da perspectiva fenomenológica, que postula a interdependência entre eu, outro e mundo, de maneira tal que não há lugar para dicotomias ou oposições entre sujeito-objeto e indivíduo-sociedade. Entretanto, é preciso notar que a articulação entre as dimensões constituintes do olhar psicossocial pode ser realizada em diferentes orientações epistemológicas, o que faz com que o esquema ternário não seja, por si só, suficiente para caracterizar a perspectiva psicossocial que fundamenta a TRS. Por conta disso, Apostolidis (2006) desenvolve quatro aspectos que devem ser levados em conta nesse tipo de caracterização: (1) a integração necessária entre diferentes níveis de análise psicossocial; (2) a compreensão de um sujeito ativo e criador da realidade, o que aproxima a perspectiva de uma orientação construtivista; (3) a impossibilidade de separação entre realidade subjetiva e realidade objetiva, cujas repercussões permitem distanciar o olhar psicossocial de uma ontologia objetivista, assim como de princípios positivistas sobre o fazer científico; (4) a necessidade de ultrapassar reducionismos e limitações disciplinares, uma vez que a adoção de uma abordagem psicossocial demanda uma postura de transversalidade teórica e pluralidade metodológica.

O olhar psicossocial, com seu esquema ternário de análise, evidencia uma perspectiva que pode ser caracterizada como dialógica (Marková, 2006), segundo a qual o conhecimento é produzido na relação simultânea com o objeto e com o outro, o que afasta a abordagem da concepção de um sujeito solipsista (Alaya, 2011). Ao mesmo tempo que a ordem de objetos da realidade é socialmente determinada e organizada (Berger & Luckmann, 1966/2005), a atividade representacional não pode ser compreendida como um processo que se encerra na relação entre sujeito e objeto, em um vazio relacional, já que o próprio objeto social se apresenta como realidade intersubjetiva (Jovchelovitch, 2008) (ver Capítulo 9).

Com base no olhar psicossocial, a TRS se insere no campo da psicologia social como uma abordagem que busca articular dimensões individuais e societais em suas

análises, o que conduz à rejeição de explicações puramente cognitivas, mas também de explicações puramente coletivas (Almeida & Santos, 2011). Ao produzir uma teoria aplicada às “sociedades pensantes”, Moscovici (1978/2012a) questionava tanto abordagens individualistas, que se apoiavam no processamento mecânico da informação, como teorias coletivistas, que postulavam a primazia de ideologias (e.g., de classe, Estado e religião) sobre a formação do pensamento individual e grupal (Cabecinhas, 2004). Como alternativa, lançou as bases para uma teoria que articulava conceitos psicológicos (e.g., crenças, opiniões, atribuições) e sociológicos (e.g., ideologia, cultura, sistema de valores) na tentativa de estabelecer pontes conceituais para uma análise das relações entre indivíduo e sociedade (Cabecinhas, 2004).

Embora outras abordagens psicossociológicas também se dediquem ao estudo do pensamento social, os fundamentos da TRS assinalam a sua especificidade. Por exemplo, o campo da cognição social, (ver Capítulo 3), tem se interessado pelo modo como as pessoas pensam sobre o mundo social e como formam julgamentos que permitem interpretar a realidade e orientar seus comportamentos cotidianos (Greifeneder et al., 2018). Entretanto, as pesquisas da cognição social geralmente buscam compreender como processos cognitivos básicos influenciam as relações sociais, enquanto os estudos sobre representações sociais analisam como processos sociais influenciam os processos cognitivos de indivíduos e grupos (Vala & Castro, 2013). Além disso, a TRS adota uma perspectiva molar (em vez de molecular) na análise do pensamento social e enfatiza o papel dos contextos interacionais, históricos e culturais na determinação dos conteúdos sociocognitivos compartilhados (Cabecinhas, 2004).

É possível supor a partir da discussão apresentada que a abordagem das representações sociais guarda uma série de premissas teóricas sobre como as pessoas, de forma interativa, constroem a realidade. Isso significa dizer que a noção de “representação social” não deve ser abordada de forma isolada do seu campo teórico. Essa questão é ressaltada pelo fato de se saber que muitas pesquisas empíricas utilizam o conceito de representação social, mas não o fazem de maneira consistente com os pressupostos e repertório conceitual produzido na TRS (Santos et al., 2013). Diante disso, com fins de apresentação da abordagem, discutiremos como a noção e o conceito de representação social têm sido tratados na literatura para, em seguida, discorrer sobre as principais características do fenômeno, seus processos de construção, funções e possibilidades de análise.

8.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DA NOÇÃO AO CONCEITO

Segundo Jovchelovitch (2008), a noção de “representação” esteve por muito tempo atrelada à perspectiva cartesiana, centrada na mente individual. Essa corrente se interessava pela função epistêmica da consciência humana e estabelecia a racionalidade como base para acesso à verdade através de representações mais ou menos adequadas. Guareschi (2012) acrescenta que no final do século XIX e início do século XX, a oposição entre individual e coletivo somou-se àquela que tratava do racional-irracional, havendo, de um lado, a identificação entre individualidade e racionalidade, e, de ou-

tro, entre coletividade e irracionalidade. A ideia de que o pensamento coletivo representava uma ameaça ao pensamento racional pode ser observada, por exemplo, na psicologia das massas e das multidões (ver Capítulo 1).

Quando Moscovici esboça os fundamentos da TRS e valoriza o senso comum como objeto de estudo, o autor inaugura uma perspectiva que se recusa a reduzir o pensamento social a um saber errôneo, ilógico ou meramente determinado pela ideologia (Almeida & Santos, 2011). Nesse sentido, o conhecimento social é entendido como qualquer corpo de conhecimento socialmente estabelecido como realidade (Berger & Luckmann, 1966/2005), de modo que o estudo do senso comum na perspectiva da TRS não pretende avaliar a veracidade dos saberes produzidos, mas, de outro modo, busca analisá-los a partir da racionalidade coletiva que institui o próprio real (Moscovici, 2012b). Desse modo, o campo teórico das representações sociais se desenvolve como uma psicologia “preocupada em compreender como pessoas comuns, comunidades e instituições produzem saberes sobre si mesmas, sobre outros e sobre a multidão de objetos sociais que lhes são relevantes” (Jovchelovitch, 2008, p. 87).

Tal como outras abordagens da chamada psicologia social sociológica, a TRS enfatiza o papel da comunicação e da linguagem na construção da realidade social, algo que as orientações psicológicas tenderam a não dispensar a mesma atenção (Farr, 1996). Nesse contexto, a palavra “representação” não deve ser entendida como uma cópia ou duplicação da realidade na mente de um indivíduo, como algumas teorias e/ou críticas propuseram (Jesuino, 2011). Parece haver aqui certa confusão com a corrente filosófica denominada por “representacionismo”. Ibañez (2005) a define como uma doutrina que postula a relação de correspondência entre o conhecimento e a realidade. Supõe-se, então, a existência de uma realidade última que poderia ser alcançada e comunicada de forma neutra. Por outro lado, conforme desenvolvem autoras e autores do campo da TRS (e.g., Alaya, 2011; Banchs, 2011; Jovchelovitch, 2008; Marková, 2006), entende-se que a noção de representação utilizada nessa abordagem reivindica justamente o caráter não representacionista do pensamento social. Afinal, as representações sociais “(...) possuem uma função constitutiva da realidade, da única realidade que nós experimentamos e na qual a maioria de nós se movimenta” (Moscovici, 1978/2012a, p. 27, grifo nosso). Nessa direção, Abric (1998) argumenta que toda realidade é representada, reapropriada, reconstruída no sistema cognitivo dos indivíduos, integrada ao seu sistema de valores e dependente de seu contexto sócio-histórico. Desse modo, existe sempre uma reestruturação da realidade que integra as características objetivas do objeto às experiências anteriores do sujeito e seu sistema de valores (Abric, 1998).

Tratar de representações sociais é, portanto, falar de construções dinâmicas da realidade que não são apenas cognitivas, psicológicas ou muito menos individuais, mas sociais pelo seu caráter de produção interativa (Banchs, 2011). Ora, se a realidade é entendida como produzida socialmente e se a realidade social é a única realidade que os indivíduos dispõem para se orientar, não seria adequado tratar a TRS como uma teoria representacionista. Retomando o caráter dialógico da abordagem (Marková, 2006), que parte de um olhar psicossocial atento às relações recíprocas entre eu, outro e objetos do mundo, depreende-se que a representação social não se encerra em

nenhuma dessas instâncias específicas, mas que reside no “entre” que marca a complexidade da vida social. A separação entre sujeito e objeto, por exemplo, só faz sentido no que diz respeito à maneira como a realidade é experimentada, pois, como escrevem Berger e Luckmann (1966/2011), “a realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, construída por uma ordem de objetos que foram designados *como* objetos antes de minha entrada em cena” (p. 38, grifo dos autores). Dito de outro modo, a realidade é socialmente experimentada como possuindo uma existência própria e, muitas vezes, independente da ação humana. Apesar disso, os objetos do mundo não deixam de ser produções sociais, por mais maciça que a experiência de objetividade possa ser (Berger & Luckmann, 1966/2005). Com isso, as relações triádicas apresentadas tratam de um esquema em que o eu, o outro e os objetos se fundem na produção da vida social, tornada comum e experimentada como realidade natural.

No quadro teórico oferecido por Moscovici (2009, 1978/2012a), a noção de “representação” se afasta da perspectiva cartesiana de racionalidade ao mesmo tempo que rejeita a existência de um conhecimento puramente individual. Sobre o primeiro ponto, Moscovici (2009) desloca a ideia de racionalidade de critérios lógicos e a aproxima de uma perspectiva pragmática do conhecimento: “o critério de racionalidade aparece como uma norma inscrita na linguagem, nas instituições e representações de uma cultura específica” (Moscovici, 2009, p. 188). Sobre o segundo, entende-se que o qualificador “social” que acompanha a noção de representação possui desdobramentos importantes. O termo enfatiza o conhecimento como uma produção coletiva derivada das trocas comunicativas cotidianas e, sobretudo, reconhece que as representações sociais possuem funções práticas na vida com o outro:

(...) para apreender o sentido do qualificativo “social” é melhor destacar a que função corresponde do que as circunstâncias e as entidades que reflete. A função é própria ao social, na medida em que a representação contribui exclusivamente aos processos de formação das condutas e de orientação das comunicações sociais (Moscovici, 1978/2012a, p. 71).

Na avaliação de Vala (1993a), dizer que uma representação é social remete à consideração simultânea de três critérios: um quantitativo, um genético e um funcional. Sobre o aspecto quantitativo, entende-se que as representações são sociais porque seus conteúdos são compartilhados por um conjunto de indivíduos, constituindo quadros simbólicos tomados como pontos comuns de referência. Em que pese a pertinência desse critério, as representações sociais não correspondem à soma de representações individuais. Desse modo, a partir de um critério genético, considera-se que as representações são sociais porque tratam de formas de conhecimento socialmente elaboradas e cujas condições de produção encontram-se na interação social cotidiana. Ao seu turno, quando se considera o critério funcional, diz-se que as representações são sociais quando desempenham funções relevantes na manutenção e transformação de comunicações e práticas coletivas. Assim, representações sociais são verdadeiramente sociais porque, além de designarem sistemas de saber socialmente compartilhados e

produzidos, permitem orientar os comportamentos dos indivíduos e grupos a partir de realidades tornadas comuns, incluindo aquelas que constroem formas de identidade e alteridade, fundamentais na vida com o outro.

É importante enfatizar que essa discussão possui desdobramentos importantes na maneira de definir e operacionalizar o conceito de representação social. De acordo com Wagner (2011), há pelo menos duas formas de concebê-lo. A primeira compreende as representações sociais como estruturas cognitivas, afetivas, simbólicas e avaliativas que organizam conteúdos sobre objetos socialmente relevantes. A segunda entende as representações sociais como processos públicos de criação, difusão e transformação da realidade social por meio de interações discursivas cotidianas (Wagner, 2011). Embora a primeira definição se assemelhe ao conceito de esquema, entendido como uma estrutura cognitiva que comporta conhecimentos sobre determinado objeto ou aspecto do mundo (Tróccoli, 2011), “as representações sociais, diferentemente dos esquemas, são consideradas como estando profundamente ligadas aos processos intergrupais, sendo criadas através das interações sociais” (Cabecinhas, 2004, p. 11).

Ainda que diferentes maneiras de definir o conceito de representação social terminem por enfatizar alguma dimensão específica do fenômeno (e.g., processo, conteúdo, estrutura ou funções), todas elas guardam relação direta com os fundamentos teóricos apresentados por Moscovici (2009, 1978/2012a). Além disso, conforme argumentou Moscovici (1988) em resposta às críticas de Jahoda (1988), a complexidade inerente aos fenômenos representacionais tende a dificultar a utilização de uma definição totalizante. A respeito dessa complexidade, Sá (1998) afirma que os fenômenos de representação social são “por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social” (p. 21). Portanto, é esperado que conceitos psicossociais possuam diferentes definições, tal como ocorre com as atitudes, os esquemas, o *self*, entre outros, sem que isso signifique inconsistência ou desacordo teórico interno (Moscovici, 1988).

Feitas essas considerações, é possível levantar a seguinte questão: como o conceito de representação social tem sido definido na TRS? Antes de oferecer respostas mais diretas, cumpre retomar brevemente o contexto da obra seminal de Moscovici (1978/2012a), em que o conceito de representação social surgia para explicar a transformação de um tipo de saber em outro. Tratava-se de analisar o modo como o saber do senso comum se apropriava de um saber especializado e situado no campo científico, como era o caso da psicanálise na sociedade francesa da década de 1960. Se muitas vezes os debates científicos partem de problemas suscitados pelo pensamento coletivo, também é verdade que a ciência se insere na vida cotidiana de indivíduos e grupos de uma sociedade, assumindo o caráter de fato social. Nessa proposta, ciência e senso comum não eram concebidos como sistemas de conhecimento opostos ou hierarquizados em termos de valor, mas designavam formas de saber com processos de construção e funções distintas (Santos, 2005).

Para Moscovici (1978/2012a), a ciência busca conhecer e controlar a natureza enquanto produz conhecimentos com base em processos formais (e.g., formulação de hipóteses, observação, experimentação, validação dos resultados e aplicação). Ao seu

turno, o saber do senso comum seguiria uma lógica natural, baseada em processos sociocognitivos (e.g., objetivação e ancoragem), com o objetivo de tornar familiar a realidade, garantindo a comunicação e as práticas sociais (Santos, 2005). O processo de transformação de uma forma de saber em outra “implica uma descontinuidade, um salto de um universo de pensamento e de ação para outro, e não uma continuidade, uma variação do mais para o menos” (Moscovici, 1978/2012a, p. 27). Nesse sentido, diferente do que propunham formulações marxistas e algumas correntes cognitivistas da psicologia social, a transformação do saber científico em saber do senso comum não deveria ser apreendida como uma deturpação do conhecimento verdadeiro, mas como um processo de reelaboração ativa por uma sociedade capaz de pensar por conta própria (Almeida & Santos, 2011).

Quando apropriado pelo senso comum, o saber científico é reelaborado e adaptado às necessidades específicas do contexto social em que essa transformação ocorre, o que finda por produzir uma nova forma de conhecimento: as representações sociais. Nas palavras de Moscovici (1978/2012a), uma representação social designa “uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos” (p. 27). Trata-se de um sistema compartilhado de valores, noções e práticas relacionadas a um objeto que permite estabilizar a vida social de indivíduos e grupos, funcionando como instrumento de orientação para a interpretação das mais diversas situações cotidianas, bem como da elaboração de respostas apropriadas (Moscovici, 1978/2012a). Embora a origem do conceito remeta à pesquisa de Moscovici sobre a psicanálise na sociedade francesa, as formulações teóricas apresentadas pelo autor foram utilizadas para compreender o processo de construção social de outros objetos. Não mais restrito à relação entre ciência e senso comum, o conceito recebeu diferentes definições ao longo do tempo, notadamente com o objetivo de operacionalizar a investigação sobre aspectos específicos dos fenômenos de representação social em contextos culturais e empíricos mais diversos.

Por exemplo, algumas definições conceituais ressaltam as relações entre saber e prática social, entre pensamento e ação, enfatizando as funções das representações sociais na construção de um mundo inteligível no qual é possível interagir e se comunicar com o outro. De acordo com Jodelet (1984), as representações sociais podem ser entendidas como formas de pensamento social que têm por função organizar e interpretar a vida social, orientar condutas, comunicações, e se apropriar de novos objetos sociais, tornando-os familiares. Em outra ocasião, a autora apresentou uma definição bastante conhecida e utilizada na literatura: para ela, o conceito de representação social designa “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, que possui uma finalidade prática e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989/2003, p. 53, tradução livre). Esses conjuntos de conhecimentos socialmente elaborados se apresentam como sistemas de interpretação da realidade que são capazes de modelar e reelaborar os elementos constitutivos do próprio contexto em que são produzidos, oferecendo referenciais de conduta e circunscrevendo possibilidades de comunicação (Moscovici, 1978/2012a). Assim, ao mesmo tempo que representações sociais são sociocognitivas, filtradas pela

experiência dos sujeitos em coletividades e produzidas no contato com os discursos dos outros (Moscovici & Vignaux, 2009), elas são sempre orientadas para a ação na vida social (Jodelet, 1989/2003). Por conta dessa orientação para a comunicação e a ação, as representações sociais podem ser caracterizadas como teorias sociais práticas (Cabecinhas, 2004).

Outras formas de caracterizar o conceito buscam ressaltar a indissociabilidade existente entre a representação e o sujeito (social) que a produz. Se a representação social é um sistema de saber prático que liga um sujeito a um objeto (Jodelet, 1989/2003), elas podem ser entendidas como “programas de percepção e de ação, sintomáticos da esfera sociocultural e regulados pelas posições sociais e pelos princípios que regem o funcionamento social” (Apostolidis, 2017, p. 159). Esse tipo de definição coloca em evidência a relação entre o sistema de operações cognitivas dos indivíduos e o metassistema social, que opera no controle, validação e coerência do pensamento natural em função dos contextos específicos de atualização das representações (Doise, 2011; Doise et al., 1992; Moscovici, 1978/2012a). Isso significa que os conteúdos de uma representação social dependem do modo como se organizam as relações de determinado contexto, o que implica considerar as pertencas sociais dos indivíduos e as dinâmicas intergrupais que daí decorrem (Apostolidis, 2017). Se a construção da realidade social não pode ser traduzida por uma relação binária entre um sujeito epistêmico (indivíduo ou grupo) e um objeto, as diferentes formas de atribuir sentido e estabilidade à realidade não devem ser entendidas como o produto de um vazio relacional, mas como algo que decorre das condições concretas de inserção e participação social.

Ainda que o conceito de representação social se refira a um fenômeno produzido pelo “coro” coletivo da opinião pública de determinada sociedade, esses saberes não são homogêneos em suas formas de distribuição e expressão (Moscovici, 1978/2012a). As diferentes proposições, reações e avaliações diante de um objeto social apropriado pelo pensamento coletivo formam, em uma representação social, um universo simbólico que é organizado de acordo com as pertencas dos indivíduos em grupos e comunidades. Assim, as representações sociais são marcadas tanto pela relação dos indivíduos com o objeto, como pela sua inscrição em dado contexto social, cultural e histórico (Apostolidis, 2017), funcionando como “princípios organizadores das variações entre tomadas de posição de diferentes indivíduos” (Doise et al., 1992, p. 15, tradução livre), ou, ainda, como “princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos” (Doise, 2002, p. 30).

Por fim, também é possível identificar maneiras de definir o conceito de representação social com base na organização e estrutura dos seus conteúdos. Nessa perspectiva, uma representação social é concebida como “um conjunto organizado e estruturado de informações, de crenças, de opiniões e de atitudes, ela constitui um sistema sociocognitivo particular composto por dois subsistemas em interação: um sistema central (ou núcleo central) e um sistema periférico” (Abric, 2001a, p. 82). As características dos dois subsistemas que compõem uma representação social serão apresentadas mais adiante, mas, por ora, é suficiente dizer que esse tipo de definição evidencia os aspectos estruturais e de organização dos elementos que compõem

o campo representacional de um objeto para um grupo. Embora uma concepção estrutural pareça conferir demasiada estabilidade ao fenômeno, deve-se lembrar que há uma lógica de intercâmbio e permeabilidade entre diferentes formas de pensamento social, cujo arcabouço material pode ser localizado na história e na memória social de uma cultura.

Ressalta-se que as representações sociais podem ser entendidas simultaneamente como produto e como processo. Como produto, elas remetem ao conjunto organizado de conteúdos que confere ao objeto social estatuto de realidade, a saber, as crenças, opiniões e valores. Como processo, elas remetem à atividade sociossimbólica a partir da qual um grupo reconstrói o real, conferindo forma e função aos conteúdos que caracterizam o objeto em suas diferentes modalidades de expressão, como os discursos, as imagens midiáticas e os comportamentos (Dany, 2016). Ainda que existam diferentes definições sobre o mesmo conceito, a consideração simultânea dos processos e dos conteúdos pode ser indicada como um fundamento comum a todas elas. Isso parece ficar evidente em uma definição apresentada por Moscovici, em que o autor concebe a representação social como “a elaboração de um objeto social pela comunidade com o propósito de se comportar e comunicar” (Moscovici, 1963, p. 251, tradução livre), pressupondo a indissociabilidade entre o processo (a atividade de elaboração) e o produto (o próprio objeto socialmente elaborado).

Uma vez que diferentes definições teóricas sobre o conceito de representação social ressaltam aspectos específicos do fenômeno, em direção ao que discute Sá (1998), é possível argumentar que a operacionalização e consistência teórica desse construto decorram da própria pergunta de pesquisa que se elabora em situações de análise psicossocial, o que pode orientar a escolha por uma ou outra perspectiva. Por exemplo, questões sobre a sociogênese de uma representação podem ser respondidas com base nas formulações que enfatizam as relações entre os saberes e as práticas sociais. De modo análogo, perguntas sobre a imbricação das dinâmicas sociais na atualização dos modos de funcionamento cognitivo em contextos específicos podem ser atendidas por definições teóricas que concebem as representações sociais como princípios organizadores das relações simbólicas dos indivíduos com os grupos. Ao seu turno, comparações entre grupos ou questões a respeito da organização e estrutura de uma representação social podem ser beneficiadas por formulações interessadas pelas características dos subsistemas central e periférico do campo representacional de determinado objeto. É certo que essas indicações não são suficientes para esgotar as possibilidades de análise ou de caracterização conceitual, mas acredita-se que elas são, ao menos em parte, capazes de orientar a escolha do enfoque teórico conferido pela pergunta de pesquisa em situações concretas de investigação psicossocial.

8.4 O FENÔMENO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL: CARACTERÍSTICAS, FUNÇÕES, PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO E DIMENSÕES DE ANÁLISE

As considerações apresentadas na seção anterior buscaram caracterizar os modos como a noção e o conceito de representação social são concebidos na literatura da

psicologia social. Por sua vez, esta seção pretende discorrer sobre as características das representações sociais como fenômeno, seus processos de construção, funções e possibilidades de análise.

Uma questão que deve ser inicialmente colocada diz respeito à especificidade de uma representação social em relação a outras formas de expressão do pensamento social. Trata-se de responder à seguinte pergunta: todo tipo de saber socialmente compartilhado pode ser considerado uma representação social? Se as representações sociais designam verdadeiras teorias coletivas do senso comum (Moscovici, 1978/2012a), elas não podem ser confundidas com meras opiniões, crenças ou informações desconexas sobre um objeto. Como conjuntos articulados e dinâmicos de conceitos, categorias e formas de pensamento, as representações sociais se distinguem de outros fenômenos pelo seu caráter de produção e compartilhamento coletivo, pela existência de uma organização que estrutura e define as relações entre seus elementos sociocognitivos, assim como pelas funções desempenhadas na relação dos indivíduos com os grupos com os quais interage cotidianamente (Rateau et al., 2011).

Do mesmo modo que não se pode falar que há representações sociais para todo e qualquer objeto, também não é possível tratar toda forma de expressão simbólica como um conteúdo de representação social. Os elementos constitutivos de uma representação devem desempenhar funções de organização e regulação das relações entre os atores sociais de determinado contexto (Dany, 2016). Nessa perspectiva, para que uma representação social seja construída, o objeto deve ter suficiente espessura ou relevância cultural, devendo estar implicado de forma consistente nas práticas sociais e comunicativas do(s) grupo(s) em questão (Sá, 1998). Ao encontro dessa ideia, Santos (2005) afirma que:

Não é, portanto, todo e qualquer conhecimento do senso comum que pode ser denominado de representação social. Para gerar representações sociais o objeto deve ser polimorfo, isto é, possível de assumir formas diferentes para cada contexto social e, ao mesmo tempo, ter relevância cultural para o grupo (p. 22).

Para que seja possível argumentar em favor da existência de uma representação social, é necessário considerar as condições que facilitam a sua emergência: a saliência do objeto na sociedade e na vida dos grupos; a sua apropriação por meios de comunicação de massa; a dispersão de informações existentes sobre o objeto na cultura e em diferentes sistemas de saber; a consequente defasagem de conhecimentos por parte dos indivíduos em relação à totalidade das informações que circulam na sociedade; a focalização produzida pelos interesses dos grupos a respeito de determinados aspectos do objeto; e a pressão à inferência, que ocorre pela necessidade que os indivíduos têm de reagir e se posicionar diante do objeto em comunicações e práticas cotidianas (Moscovici, 1978/2012a; Sá, 1998; Santos, 2005).

Se uma representação social é concebida como um tipo de saber prático que liga um sujeito a um objeto (Jodelet, 1989/2005), diferentes representações não apresentam necessariamente as mesmas características. Segundo a tipologia esboçada por Moscovici (1988), as representações sociais podem ser classificadas como hegemônicas, emancipadas e polêmicas. As representações hegemônicas são aquelas compartilhadas por um grupo social que não as produziu. São representações que possuem um caráter coercitivo, tal como as representações coletivas (ver. Durkheim, 1898), e que, por isso, não são questionadas. As representações emancipadas são aquelas produzidas no interior de grupos sociais específicos e que são marcadas pelo tipo de relação que o grupo estabelece com o objeto. Nesse sentido, cada grupo constrói sua própria versão da realidade em questão com base no grau de proximidade e na maneira de se relacionar com o objeto social (Cabecinhas, 2004). Por fim, as representações polêmicas são aquelas produzidas nas relações de conflito e disputas intergrupais, não sendo, portanto, aceitas por todos os grupos envolvidos com o objeto. Deve-se notar que a operacionalização dessa tipologia na pesquisa psicossocial guarda consigo o desafio de contextualizar não apenas as características do objeto, mas também as marcas do próprio sujeito (coletivo) que constrói a representação. Esse desafio pode ser ampliado para o estudo das representações sociais como um todo, principalmente se for colocado o questionamento sobre quem produz ou quem compartilha uma representação social.

Ao encontro do que discute Moscovici (1978/2012a) sobre a questão de quem produz um sistema de pensamento coletivo (e.g., representação social, ciência ou ideologia), argumenta-se que “saber ‘quem’ produz esses sistemas é menos instrutivo que saber ‘por que’ foram produzidos” (Moscovici, 1978/2012a, p. 71). Isso não significa abandonar a necessária reflexão sobre as relações dos grupos com os objetos sociais analisados, mas o argumento pode servir para não reduzir a análise do fenômeno da representação social a uma busca apressada pela definição do sujeito com base em um grupo taxionômico (i.e., aqueles que são definidos a partir de alguma característica em comum, como mulheres, estudantes, adolescentes etc.). Desde uma perspectiva sociogenética da questão, mais do que localizar em um grupo ou categoria a origem da representação social, o que deve ser colocado em evidência são as suas dinâmicas de elaboração, de acordo com as condições de participação e pertencimento social que regulam a relação dos indivíduos com os objetos. Em que pese a pertinência dessa observação, definir operacionalmente um grupo a partir de critérios taxionômicos pode ajudar a contextualizar as condições de produção de uma representação social, principalmente porque grupos baseados em categorizações sociais também servem para indicar a existência de interesses comuns, senso de identidade e pertencimento (Sá, 1998).

Embora a discussão sobre o sujeito da representação social pareça demasiadamente específica, ela permite ressaltar que as condições de determinação do fenômeno não podem ser explicadas apenas pela participação de um grupo, seja ele real, psicológico ou taxionômico. Se assim o fosse, o “social” da representação estaria reduzido ao nível posicional de explicação (ver Doise, 1982, 2002) e o conceito perderia a sua capacidade de integração com outros níveis de análise. Em vez disso, argumenta-se

que a abordagem oferece um quadro teórico-conceitual para o estudo dos fenômenos representacionais capaz de integrar, por exemplo, a singularidade da experiência dos sujeitos com o objeto, seus modos de organizar as informações do campo representacional, as características da situação de expressão e ativação dos conteúdos sociocognitivos compartilhados, as formas de pertença e participação social dos indivíduos, bem como as crenças, as normas e os valores sociais que são hegemonicamente compartilhados em dado contexto cultural. Se essa reflexão não ocorre, a análise pode perder parte da complexidade inerente ao “olhar psicossocial” e conferir demasiada rigidez ao nível posicional de explicação, pressupondo, por exemplo, que o pertencimento a determinado grupo seria igualmente valorizado por todos os seus membros ou, ainda, que essa pertença seria saliente em toda e qualquer situação que envolva o objeto social estudado.

Feitas essas considerações sobre “quem” produz uma representação social, duas novas perguntas podem ser formuladas: por que construímos representações sociais e quais são as suas funções? De acordo com Moscovici (2009), “a finalidade de todas as representações sociais é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade” (p. 54). Como assinala Wagner (1998), trata-se de produzir um mundo de objetos “domesticados”, com os quais os indivíduos podem interagir, lidar simbolicamente e se comunicar com o outro. A construção de representações sociais é, portanto, motivada pela necessidade de inclusão do indivíduo nas trocas comunicativas, garantindo a possibilidade de falar de maneira consensual sobre o mundo e sobre partes dele. A ideia não é meramente ampliar o conhecimento que se tem sobre dado objeto, mas saber se comunicar sobre aquilo que os grupos se comunicam (Moscovici, 1978/2012a). É a partir dessa dinâmica de construção e familiarização, de apropriação e reelaboração da realidade, que as representações são construídas, produzindo uma realidade consensual, compreensível e percebida como natural. Importa notar que a ideia de consenso aqui utilizada se refere muito menos a uma homogeneidade nas formas de pensar do que a uma experiência de inteligibilidade compartilhada.

Além de tornar familiar o não familiar (ou a própria não familiaridade), as representações sociais desempenham quatro funções essenciais (Abric, 2001b). A primeira delas se refere à função de saber, que permite que os indivíduos compreendam e expliquem a realidade de maneira coerente com seu sistema cognitivo e valores. O saber prático das representações sociais define os quadros comuns de referência a partir dos quais as trocas comunicativas são garantidas, incluindo as comunicações midiáticas. Nesse contexto, a existência de representações sociais é entendida como condição necessária para a comunicação social (Abric, 2001b), ao mesmo tempo que os meios de comunicação de massa atuam na “organização e construção das informações que permitem a emergência de teorias do senso comum a respeito dos diferentes objetos sociais” (Santos et al., 2009, p. 447).

Em seguida, é possível falar em uma função identitária, pois as representações contribuem para definir identidades pessoais e sociais por meio de processos de comparação social que ocorrem nas relações interpessoais e intergrupais (Abric, 2001b). Isso ocorre, por exemplo, porque os indivíduos constroem e compartilham representações sociais sobre os seus próprios grupos de pertença e sobre os grupos dos quais

não fazem parte, mas com os quais tendem a se comparar para construir suas identidades sociais. Tratam-se, respectivamente, de representações identitárias do endogrupo e do exogrupo (Deschamps & Moliner, 2014). Nesses casos, o exogrupo é frequentemente representado de maneira mais estereotipada (homogeneizada) e menos positiva (ou mesmo negativa) em relação ao endogrupo, de modo que essas representações acompanham e atualizam dinâmicas de conflito intergrupar e as diferentes formas de manifestação do preconceito (cf. Cavazza, 2008; Deschamps & Moliner, 2014; Lima, 2020). Além dessas representações identitárias, deve-se lembrar que diferentes grupos entram em disputa pela definição dos objetos sociais que consideram importantes para alcançar seus objetivos e para construir a identidade social dos seus membros (Vala, 1997). Dessa maneira, a função identitária pode ser observada tanto em representações identitárias quanto nos processos de construção de objetos sociais que se encontram inseridos em dinâmicas que influenciam a definição da identidade e da diferença.

A terceira função das representações sociais diz respeito à própria finalidade prática do saber socialmente elaborado e compartilhado. Trata-se da função de orientação na elaboração de condutas e práticas sociais. De acordo com Abric (2001b), isso resulta de três fatores: as representações sociais contribuem para definir a finalidade das situações, determinando o tipo de gestão cognitiva adotada pelo sujeito e pelo grupo; elas também produzem um sistema de antecipação e de expectativas, o que antecede e determina as maneiras possíveis de se relacionar com o outro e com o objeto; e, por fim, as representações são prescritivas, pois definem os comportamentos aceitáveis e inaceitáveis em função das regras e normas sociais características de determinado contexto ou situação social.

A quarta função descrita por Abric (2001b) possui relação estreita com a anterior. Se as representações sociais funcionam como guias de conduta, elas também permitem justificar posteriormente os comportamentos e práticas sociais adotados. Isso significa que elas desempenham um papel fundamental no modo como os indivíduos explicam e legitimam suas ações diante do outro, incluindo aquelas que ocorrem em contextos de interação intergrupar (Abric, 2001b). Depreende-se, portanto, que as representações sociais atuam não apenas na justificação dos comportamentos em um nível situacional de análise, mas também estão presentes em condutas intergrupais, servindo à diferenciação social e à criação ou manutenção de relações assimétricas de poder, que são processos típicos dos níveis posicional e ideológico de explicação (ver Doise, 1982, 2002).

Até aqui, a presente seção buscou responder às perguntas sobre o que são representações sociais, por que elas são construídas e para que elas servem, mas pouco se discutiu sobre o seu processo de construção. Portanto, uma nova pergunta sobre o fenômeno se faz necessária: como são construídas as representações sociais? Certamente há diferentes maneiras de abordar essa questão e algumas delas já foram indicadas ao longo do texto. Aqui, especificamente, torna-se pertinente construir uma resposta com base em processos gerais, baseados em interações sociais e comunicativas, mas também nos processos sociocognitivos de objetivação e ancoragem.

De modo geral, é possível afirmar que as representações sociais são formadas pelo próprio processo de construção social da realidade, ainda que isso não ocorra de maneira consciente, deliberada ou intencional. A construção social é um caminho contínuo que não acontece simplesmente porque os atores sociais querem, mas que depende dos discursos e significados que foram produzidos ao longo da história a partir de práticas sociais culturalmente determinadas (Wagner, 1996). Isso significa que o processo não ocorre de maneira arbitrária, pois “os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas” (Moscovici, 2009, p. 55). Nesse contexto, as interações comunicativas desempenham um papel fundamental, conforme resume Jodelet (1989/2003): “a comunicação social, sob seus aspectos interindividuais, institucionais e midiáticos, aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais” (p. 64, tradução livre).

Por conta da ênfase dada por essa abordagem aos processos comunicativos que constroem representações sociais, muitas pesquisas do campo têm se interessado por analisar os conteúdos que são veiculados em meios de comunicação de massa (Simoneau & Oliveira, 2014). Esse interesse está presente na TRS desde a publicação da obra seminal de Moscovici (1978/2012a), quando o autor buscou analisar como a psicanálise era apropriada por diferentes veículos e sistemas de comunicação da imprensa francesa. Nessa pesquisa, Moscovici oferece uma tradição teórica que aborda as produções midiáticas a partir de uma concepção orgânica e dialógica da comunicação (Camargo & Bousfield, 2011; Sousa et al., 2019). Nesse contexto, “operar uma análise psicossocial da mídia no âmbito das representações sociais significa abordá-la como produto e produtora de interações comunicativas, atuando na visibilização de fenômenos de interesse coletivo, assim como na manutenção e legitimação de comportamentos e normas sociais” (Sousa et al., 2019, p. 230). Além da possibilidade de localizar os processos de construção de representações nas práticas sociais e comunicativas, é fundamental considerar a participação de dois processos sociocognitivos específicos na formação do conteúdo e da estrutura de uma representação: a objetivação e a ancoragem.

De acordo com Moscovici (2009), a objetivação é o processo que transforma um conceito em uma imagem, ou núcleo figurativo, concretizando aquilo que é da ordem do abstrato por meio de características do objeto e conteúdos selecionados pelas próprias dinâmicas grupais. Esse processo ocorre em três etapas (Cabecinhas, 2004; Jodelet, 1989/2003; Moscovici, 1978/2012a): por conta da dispersão e defasagem das informações sobre o objeto, alguns conteúdos são selecionados e descontextualizados em função das normas e dos valores do grupo ou coletividade que constrói a representação; em seguida, esses conteúdos são organizados em um núcleo figurativo, formado por elementos que mantêm entre si padrões estruturados de relação; por fim, ocorre a naturalização, etapa que confere materialidade ao objeto, que passa a ser percebido como realidade objetiva e independente das relações intersubjetivas que o construíram. Em síntese, “(...) trata-se de privilegiar certas informações em detrimento de outras, simplificando-as e dissociando-as de seu contexto original de produção” (Almeida & Santos, 2011, p. 293).

O segundo processo, a ancoragem, é caracterizado pela inserção do objeto em um sistema de pensamento preexistente, estabelecendo uma rede de significações em torno dele, tornando-o familiar e conferindo-lhe valor funcional e instrumental na vida com o outro (Jodelet, 1989/2005; Moscovici, 1978/2012a). Em suma, “a ancoragem corresponde exatamente à incorporação ou à assimilação de um novo objeto em um sistema de categorias que são familiares e funcionais aos indivíduos e que lhes estão facilmente disponíveis na memória” (Almeida & Santos, 2011, p. 293). Esse processo começa desde o momento em que o objeto é nomeado, isto é, classificado linguisticamente na relação com outras categorias já conhecidas. Isso é fundamental para a construção de uma representação social, sobretudo porque “(...) representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes” (Moscovici, 2009, p. 62).

De acordo com Doise (1992), a operacionalização da noção de ancoragem é crucial para ultrapassar as limitações colocadas por uma abordagem exclusivamente centrada na análise dos conteúdos de representações sociais. O autor enfatiza a necessidade de analisar as dinâmicas relacionais que determinam as formas particulares de organização de conteúdos semânticos de dado contexto social. Essa maneira de pensar conduz à identificação de três tipos de ancoragem (Doise, 1992): o primeiro analisa a intervenção de crenças e valores gerais; o segundo ocupa-se da relação entre os modos como os sujeitos se percebem e se localizam em termos de posições ou categorias sociais e a organização dos conteúdos de representação; e o terceiro busca estabelecer conexões entre as formas de organização simbólica e as inserções sociais dos indivíduos, o que viabiliza a comparação entre grupos em função das suas condições de inserção e participação social. Outro modo de caracterizar o conceito foi abordado por Buschini e Doise (2008), que, conforme resumem Trindade, Santos e Almeida (2011), propõem duas formas de operacionalizar o processo de ancoragem: uma ancoragem semântica, que se debruça sobre as redes de sentido que são construídas em torno do objeto e outra que se dedica a analisar os processos de regulação social que organizam as variações interindividuais das tomadas simbólicas de posição a respeito dos conteúdos de uma representação.

Cumprido ressaltar que as noções de objetivação e a ancoragem não descrevem processos isolados ou independentes entre si. Antes, são operadores analíticos que permitem compreender as condições de emergência e estruturação de uma representação ao mesmo tempo que são observadas as formas de enraizamento social e cultural do objeto. Nesse contexto, uma perspectiva interessada pelo processo de elaboração representacional da realidade deve ser capaz de integrar diferentes sistemas de representação que regulam as relações dos membros de uma sociedade com os objetos:

(...) trata-se não apenas de apreender as ideias, noções, imagens, modelos, dos quais as representações sociais são a concretização, e os quadros categoriais e classificatórios que são os princípios de ordem que asseguram a articulação entre o sistema de pensamento e ação. Trata-se também de apreender

as modalidades coletivas segundo as quais os membros da sociedade ou de um de seus grupos religam os elementos representativos em suas operações de pensamento, isto é, as lógicas e sintaxes específicas às quais os sistemas de representações obedecem. Em uma palavra, trata-se de estudar globalmente os processos de pensamento de uma sociedade (Jodelet, 1984, p. 26, tradução livre).

Os pontos de discussão abordados até o momento permitiram indicar alguns dos principais elementos teóricos que fundamentam a abordagem das representações sociais no estudo dessas modalidades específicas de manifestação do pensamento social. Uma última questão pode ser colocada com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de análises psicossociais a respeito desses fenômenos no âmbito da psicologia social, a saber: quais são as dimensões de uma representação social? Desde a publicação de *La psychanalyse, son image et son public*, em 1961, Moscovici (1978/2012a) propôs que as representações sociais possuem três dimensões: informação, atitude e campo. A dimensão da informação diz respeito às características qualitativas e quantitativas da informação que os indivíduos e os grupos possuem a respeito de determinado objeto. Isso significa retomar a observação de que as pessoas não têm acesso à totalidade dos conhecimentos que são produzidos sobre o objeto em uma cultura, já que os membros de uma sociedade dispõem de informações específicas em função da saliência do objeto nas suas práticas cotidianas e das suas condições de inserção social. A atitude, por sua vez, diz respeito à orientação avaliativa global que se estabelece diante do objeto (favorável/desfavorável, positiva/negativa). Por fim, o campo da representação designa o modo como os elementos sociocognitivos da representação são hierarquizados, organizados e estruturados em uma imagem ou núcleo figurativo, o que ocorre no processo de objetivação.

De acordo com Sá (1998), muitos estudos tentaram operacionalizar as duas primeiras dimensões em pesquisas, mas essas tentativas se revelaram pouco frutíferas: “Havia o risco de se cair em um estudo clássico de sociais e/ou, pior ainda, em uma simples testagem de conhecimentos populares a ser comparada com aqueles próprios dos universos reificados” (Sá, 1998, p. 69). Além disso, Moliner (1996) considera que a dimensão da atitude, tal como foi conceituada, não seria pertinente para todo e qualquer objeto social: “nós compreendemos bem o exemplo proposto por Moscovici ao descrever as respostas de pessoas favoráveis ou desfavoráveis à psicanálise. Mas que sentido tem em ser favorável ou desfavorável à inteligência, à doença mental ou à economia?” (Moliner, 1996, p. 53, tradução livre). Por conta disso, o autor sugeriu abordar a dimensão da atitude com base no reconhecimento dos elementos de uma representação que desempenham funções avaliativas, sejam eles afetivos, cognitivos ou conativos (Moliner, 1996). Nesse contexto, as pesquisas passaram a se ocupar quase que exclusivamente da dimensão do campo da representação (Sá, 1998). Para Jesuino (2011), a noção de imagem, vinculada à operacionalização do campo representacional, possui um caráter dinâmico e comporta tensões e transformações na forma de

organização dos conteúdos que caracterizam a representação. Assim, o campo da representação passa a ser compreendido como um modelo que permite considerar as dimensões de informação e atitude (Jesuino, 2011).

Conforme é possível depreender, a contribuição teórica da noção de campo reside precisamente na possibilidade de abordar as formas de organização e estruturação dos conteúdos de uma representação social, já que ela não pode ser reduzida a simples opiniões, crenças e fragmentadas (Moscovici, 1978/2012a). Além disso, com a noção de campo organizado e hierarquizado, compreende-se que os elementos de uma representação não possuem a mesma importância nos processos de construção social do objeto para determinado grupo, comunidade ou cultura. Em outras palavras, alguns elementos ocupam posição central em determinadas construções, enquanto outros são periféricos ou menos característicos. Marková (2006) identifica duas maneiras de analisar essa questão: uma representada pela teoria do núcleo central, que marca a chamada abordagem estrutural da TRS (ver Abric, 1998; Sá, 2002), e outra pela abordagem dialógica, que busca analisar como a história, a cultura e outras circunstâncias contribuem para a estruturação e mudança das representações (Marková, 2006).

Na abordagem estrutural das representações, esses fenômenos são estudados como um conjunto organizado de informações, crenças, opiniões e atitudes a respeito de um objeto, composto por dois subsistemas interdependentes, um sistema (ou núcleo) central e um sistema periférico (Abric, 1998, 2003). O primeiro, de caráter consensual, é composto por elementos notavelmente estáveis, consistentes e resistentes à mudança. O sistema central tem a função de conferir sentido a uma representação, de organizar e estabilizar os seus elementos a partir de normas e valores sociais. O segundo é constituído por elementos mais flexíveis, negociáveis e dinâmicos. A função do sistema periférico está ligada à concretização da representação, à regulação e orientação de comportamentos, bem como à legitimação e contextualização dos elementos do sistema central (Abric, 2001a). Além de observar as características estruturais dos elementos do campo (cognemas), essa abordagem permite identificar os esquemas cognitivos de base que definem os tipos de relações possíveis entre os cognemas centrais de uma representação (Wachelke, 2012; Wolter et al., 2016). Deve-se ressaltar que a abordagem estrutural não pretende retirar o caráter dinâmico das representações, mas, de outro modo, busca compreender como as formas de pensamento social são constituídas, organizadas e atualizadas em práticas sociais e situações interacionais de contextos específicos (Wachelke, 2012).

Em outra direção, as relações entre os processos de construção de uma representação social e a estruturação do seu campo encontram lugar privilegiado no estudo sobre os *themata*, conceito que se refere às antinomias dialógicas do pensamento que são partilhadas culturalmente na memória coletiva de contextos sócio-históricos determinados (Marková, 2002). De acordo com Marková (2002, 2006), o pensamento, a percepção da realidade e a linguagem são domínios caracteristicamente antinômicos, de modo que as pessoas classificam o mundo e seus objetos a partir de temas estruturados por relações de oposição e diferenciação (e.g., nós/eles, humano/não humano, liberdade/opressão, saúde/doença, sujo/limpo, racional/irracional, perigoso/inócuo,

familiar/estranho etc.). Segundo Moscovici e Vignaux (2009), essas antinomias expressam ideias-fonte culturalmente arraigadas que facilitam os processos de apreensão da realidade. Embora as antinomias de pensamento atuem na base dos processos de categorização e diferenciação, um tema antinômico só se torna efetivamente *themata* quando passa a ocupar centralidade na estruturação de determinado fenômeno de representação social, apresentando-se como fonte de tensão e conflito (Marková, 2002, 2006). A identificação e análise dos *themata* que constroem determinado objeto social oferece uma possibilidade profícua de explorar as formas de estruturação dos elementos que conferem estabilidade ao campo representacional (Marková, 2006). Por essa razão, o conceito tem sido tomado como um operador analítico importante no estudo do campo representacional, uma vez que permite identificar ideias-fonte culturalmente partilhadas que atuam na construção de diferentes objetos sociais (Moscovici & Vignaux, 2009; Trindade et al., 2011).

Conforme discutido ao longo desta seção, a TRS guarda consigo um conjunto de pressupostos e ferramentas teóricas que auxiliam a realização de pesquisas psicossociais interessadas em compreender as origens, o desenvolvimento, as formas e as funções do saber social na vida cotidiana. As contribuições dessa abordagem para o campo da psicologia social são marcadas pelo pluralismo metodológico, pela coexistência de orientações e possibilidades de estudo sobre os fenômenos representacionais, assim como pela capacidade de integrar diferentes níveis de análise que derivam das relações entre o indivíduo, o outro e os objetos construídos em determinado contexto histórico-cultural (Almeida & Santos, 2011; Palmonari & Cerrato, 2011; Rateau et al., 2011; Santos, 2009; Vala, 1993a; Vala & Castro, 2013). Os desdobramentos da TRS no Brasil serão brevemente indicados a seguir, mas a leitura de outros trabalhos é recomendada para uma revisão mais detalhada (e.g., Collares-da-Rocha et al., 2016; Martins-Silva et al., 2016; Santos et al., 2012; Silva et al., 2011; Simoneau & Oliveira, 2014; Spezani & Oliveira, 2013; Wachelke et al., 2015).

8.5 DESDOBRAMENTOS ATUAIS: OS ESTUDOS SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL

De acordo com Ferreira (2010), desde a sua introdução na literatura da psicologia social, a TRS ganhou espaço em pesquisas realizadas na Europa e na América Latina, buscando analisar teorias do senso comum que se construíam sobre uma infinidade de objetos sociais. Para a autora, a abordagem “tem contribuído para a compreensão de fenômenos tão diversificados quanto a saúde/doença, a doença mental, a violência, a justiça, o desemprego, a amizade, os sistemas tecnológicos, os sistemas econômicos etc.” (Ferreira, 2010, p. 58). Com base em uma revisão sistemática sobre as características de 636 artigos do campo da psicologia social, publicados no Brasil em seis periódicos com avaliações A1 e A2 no sistema Qualis 2010, Ferreira (2010) identificou que 15% da amostra foi composta por estudos sobre representações sociais. Entre os estudos da chamada psicologia social sociológica, os estudos sobre representações sociais representaram 91% da produção. Em outra pesquisa bibliográfica (Santos et al., 2013), foram analisados 550 artigos de psicologia social, publicados entre 2007 e 2011 em 16

periódicos avaliados no Qualis 2012 como A1, A2 e B1, com o objetivo de identificar as tendências teórico-conceituais do campo. Os resultados desse levantamento indicaram que a abordagem das representações sociais foi utilizada em 18% desses trabalhos. As duas pesquisas citadas sinalizam, entretanto, que grande parte dos artigos apenas citam a escolha pela TRS, mas não desenvolvem discussões comprometidas com a apresentação dos fundamentos teóricos da abordagem (Ferreira, 2010) ou não articulam as frequentes observações de natureza societal com aspectos ligados a processos psicológicos de outros níveis de análise (Santos et al., 2013).

Embora os levantamentos citados não sejam tão recentes, é possível tecer duas pequenas considerações. Em primeiro lugar, fica nítido que a abordagem das representações sociais possui expressividade no conjunto de trabalhos publicados na área da psicologia social, especialmente entre aqueles que se ocupam dos níveis de análise posicionais e ideológicos, tradicionalmente associados a uma orientação sociológica da disciplina. Apesar disso, a declaração de escolha da TRS como abordagem nem sempre é acompanhada de justificativas ou mesmo da operacionalização de seus fundamentos e ferramentas teórico-conceituais. Isso pode indicar certo esvaziamento teórico, o que deveria ser evitado em nome da consistência da pesquisa em relação à perspectiva escolhida, mas também ao olhar psicossocial que lhe é característico. Além dessa questão, deve-se notar que os levantamentos citados apenas dizem respeito à inserção da TRS no campo da psicologia, mas o alcance das contribuições dessa abordagem em outras áreas também merece destaque. Nessa direção, alguns trabalhos teóricos ou de revisão têm indicado possibilidades de articulação entre a TRS e áreas como saúde (Bittencourt & Vilela, 2011), enfermagem (Silva et al., 2011), educação (Alves-Mazzotti, 1994; Sousa, 2002), educação física (Sousa et al., 2018), estudos de gênero (Arruda, 2002; Nascimento et al., 2012), estudos organizacionais (Martins-Silva et al., 2016), administração (Natt & Carrieri, 2014; Vergara & Ferreira, 2007), entre outros. A despeito dessa variedade de campos, um trabalho que buscou identificar e caracterizar os núcleos de pesquisa que desenvolvem estudos sobre representações sociais indicou que as áreas da psicologia e educação, juntas, respondem por 70% dos grupos registrados no CNPq (Martins et al., 2014).

Feitas essas considerações sobre a difusão da TRS na produção científica brasileira, parece necessário comentar algo sobre as especificidades dessa abordagem no país. A produção científica se apresenta como um conjunto de práticas sociais que seleciona determinados problemas e objetos de acordo com demandas próprias ao contexto cultural em que ocorre. O uso da Teoria das Representações Sociais no Brasil reflete essa ideia, notadamente quando são consideradas as suas aplicações no presente e as possibilidades de desenvolvimento futuro. Sobre isso, Jodelet (2011) indica particularidades do movimento brasileiro ao refletir sobre a existência de estilos, orientações ou preocupações que caracterizariam suas pesquisas em relação às chamadas “escolas” ou abordagens de outros contextos. Para a autora, há no Brasil um interesse menos voltado ao desenvolvimento puramente teórico, ou ao exclusivo refinamento metodológico, do que para o entendimento de problemas sociais relevantes: “A perspectiva comum é de usar a teoria e os modelos das representações sociais para enfrentar questões vivas que atravessam a sociedade brasileira hoje em dia” (Jodelet, 2011, p. 22).

As observações da autora vão ao encontro da própria especificidade do desenvolvimento da psicologia social na América Latina. Em outras palavras, as características dos estudos sobre representações sociais no Brasil parecem se relacionar com as críticas dirigidas à importação descontextualizada de objetos, teorias e métodos dos Estados Unidos e da Europa, assim como da necessidade de produzir pesquisas baseadas em problemas sociais reais, conferindo, inclusive, maior engajamento político à psicologia social. No bojo do movimento de crítica a determinadas tradições de pesquisa psicossocial, a ideia de “neutralidade” científica passa a ser questionada, ao mesmo tempo que setores da psicologia social reivindicam objetivos emancipatórios na produção de uma consciência crítica dirigida à mudança social (cf. Ferreira, 2010; Lane & Codo, 1984; Santos et al., 2013). Ainda que não seja possível atribuir as causas das características da TRS no Brasil a esse movimento, parece necessário reconhecer que entre as chamadas psicologia social psicológica, psicologia social sociológica e psicologia social crítica há contrastes, mas também interseções e sobreposições, algo mais complexo do que a classificação pode fazer crer. Assim, embora a TRS seja considerada uma abordagem sociológica no campo da psicologia social, o seu desenvolvimento no Brasil apresenta as marcas de um processo sócio-histórico que confere materialidade às práticas político-científicas e contribui para colocar determinadas realidades em evidência no meio acadêmico. Nesse contexto, o “movimento” brasileiro na TRS pode ser caracterizado pela tentativa de responder aos problemas que derivam da realidade social, contribuindo diretamente para os domínios de aplicação do conhecimento em áreas como saúde, educação, política, justiça, direitos humanos, movimentos sociais, entre outras (Jodelet, 2011).

Embora as reflexões apresentadas não sejam capazes de encerrar a discussão, conclui-se que a TRS é uma abordagem psicossocial heurísticamente útil na análise de problemas sociais, notadamente em um contexto que é historicamente marcado por desigualdades estruturais, processos de dominação e exclusão que atualizam as dinâmicas cognitivas, afetivas e comportamentais de indivíduos e grupos. Nesse contexto, em direção ao que discute Jodelet (2013), caberia à psicologia social lançar mão de explicações que não se encerrem em análises históricas, econômicas ou macrosociais, mas que possam, de maneira específica, contribuir para compreender os aspectos sociais e simbólicos que acompanham os problemas de uma sociedade. Esse parece ser o principal ponto que resume o presente, mas que também é capaz de indicar parte do futuro da TRS nos estudos psicossociais realizados no Brasil.

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

O presente capítulo buscou oferecer uma introdução à Teoria das Representações Sociais (TRS) a partir dos fundamentos históricos e epistemológicos da abordagem no campo da psicologia social, bem como das características do conceito e do fenômeno das representações sociais. Embora o texto possua limitações de conteúdo que são intrínsecas à natureza introdutória do capítulo, acredita-se que a sua utilidade reside na tentativa de sistematização de discussões teórico-conceituais que, embora sejam fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas consistentes no campo das repre-

sentações sociais, raramente são encontradas ou aprofundadas em estudos empíricos. O texto deve ser entendido como um convite à elaboração de novos questionamentos sobre os processos de construção, as formas e as funções do saber social na vida dos indivíduos, dos grupos e da sociedade. Assim, espera-se que as reflexões aqui apresentadas sirvam, ainda que parcialmente, para responder as perguntas já realizadas, mas, fundamentalmente, para produzir inquietações capazes de levar a novos percursos de investigação psicossocial e interpretação crítica da realidade.

GLOSSÁRIO

Ancoragem: processo sociocognitivo de construção de uma representação social responsável por inserir o objeto em redes simbólicas, sistemas de categorias e de pensamento preexistentes, o que ocorre de acordo com as condições de inserção e participação social dos indivíduos, que regulam a organização das variações interindividuais das tomadas simbólicas de posição a respeito dos conteúdos da representação.

Cognição social: subárea da psicologia social que se interessa pelo modo como as pessoas pensam sobre si, sobre os outros e sobre os objetos do mundo social de maneira articulada com processos sociocognitivos que lhes permitem organizar as informações do ambiente, formar julgamentos, explicar o passado, compreender o presente e antecipar o futuro.

Objetivação: processo sociocognitivo de construção de uma representação social responsável por concretizar aquilo que é da ordem do abstrato, transformando um conceito em uma imagem, ou núcleo figurativo, por meio da seleção, descontextualização e naturalização de informações sobre o objeto social, em dinâmicas grupais, intergrupais e ideológicas.

Objeto social: qualquer entidade material, imaginária ou simbólica que é reconhecida por um grupo, comunidade ou cultura como algo que existe, que pode ser nomeado, caracterizado e comunicado, contribuindo para a própria definição da realidade em que os indivíduos se inserem, se orientam e interagem uns com os outros.

Olhar psicossocial: forma de abordar e interpretar fenômenos relacionados ao binômio indivíduo-sociedade por parte da psicologia social, caracterizados pela integração entre níveis de explicação individuais e coletivos, bem como pela utilização de modelos teóricos dialógicos, que articulam as instâncias do eu, do outro e dos objetos sociais de determinado contexto na análise de temas e processos psicossociais.

Práticas sociais: conjuntos de ações organizadas e padronizadas de acordo com normas sociais e culturais, bem como da tipificação de condutas em sistemas de papéis, instituições e grupos, contribuindo para a elaboração de representações sociais ao mesmo tempo que por elas são orientadas.

Psicologia social crítica: vertente da psicologia social desenvolvida na América Latina que reivindica a necessidade de contextualização sócio-histórica, abertura metodológica, comprometimento social e aplicação do conhecimento produzido em es-

tudos psicossociais, visando contribuir com processos de desideologização, tomada de consciência e superação das relações de dominação e desigualdades.

Psicologia social psicológica: vertente da psicologia social dedicada ao estudo dos sentimentos, pensamentos e comportamentos dos indivíduos em situações caracterizadas pela presença real ou imaginada de outras pessoas, com ênfase em níveis de explicação intraindividuais/intrapsicológicos e interpessoais/situacionais.

Psicologia social sociológica: vertente da psicologia social dedicada ao estudo da experiência social dos indivíduos, influenciada por formas de consciência, pertença e participação em grupos sociais, instituições e contextos culturais, com ênfase em níveis de explicação posicionais/intergrupais e ideológicos.

Representações sociais: formas específicas de conhecimento do senso comum, produzidas em dinâmicas grupais, intergrupais e ideológicas com a finalidade de garantir processos de comunicação e prática social, que se apresentam como sistemas organizados de opiniões, crenças, informações, avaliações e tomadas de posição, contribuindo para compreender a realidade, orientar e justificar comportamentos, bem como para definir formas de identidade e alteridade.

Senso comum: modalidade de conhecimento social que se orienta por critérios práticos e funcionais de produção e validação do saber, integrando racionalidades coletivas que expressam dinâmicas grupais, intergrupais e ideológicas.

Sistema/Núcleo central: subsistema de uma representação social de caráter consensual, composto por elementos sociocognitivos mais estáveis, consistentes e resistentes à mudança, conferindo sentido e organização aos elementos de uma representação social a partir de normas e valores compartilhados.

Sistema periférico: subsistema de uma representação social de caráter prático e funcional, constituído por elementos mais flexíveis, negociáveis e dinâmicos, responsável por concretizar e contextualizar os elementos consensuais e normativos do núcleo central de uma representação, regulando, orientando e justificando os comportamentos dos indivíduos.

Thematas: antinomias dialógicas do pensamento que são compartilhadas culturalmente na memória coletiva e que, quando constituem fonte de tensão e conflito na relação com um objeto social, funcionam como ideias-fonte que atuam na definição e estruturação do seu campo representacional.

MATERIAL SUPLEMENTAR

Livro Teoria das Representações Sociais: 50 anos (2019, 2 ed., revista e ampliada)

Organizadoras: Angela Maria de Oliveira Almeida, Maria de Fátima de Souza Santos, Zeidi Araujo Trindade. Editora: Technopolitik. Disponível em: <http://technopolitik.com.br/downloads/files/TRS50anos2aEdRevDez19r.pdf>

Obras completas e edições originais

Serge Moscovici:

http://classiques.uqac.ca/contemporains/moscovici_serje/moscovici_serje.html

Denise Jodelet:

http://classiques.uqac.ca/contemporains/jodelet_denise/jodelet_denise.html

Redes internacionais e grupos de pesquisa sobre representações sociais

<http://www.europhd.net/international-networks-and-research-centres-social-representations>

Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social “Serge Moscovici”

<http://www.centromoscovici.unb.br/>

Congressos e eventos científicos relacionados

Conferência Internacional sobre Representações Sociais (CIRS)

Jornada Internacional sobre Representações Sociais (JIRS)

Simpósio Internacional de Psicologia Social – Associação para o Desenvolvimento da Psicologia Social (ADEPS: <https://.adeps.com.br/sips/>)

Encontro nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO: <https://site.abrapso.org.br/>)